Reavaliando o Apoio Aéreo Aproximado

David M. Keithly

A ATUALIZAÇÃO do manual de campanha do Exército dos EUA, *FM* 100-5, *Operations*, e a Marinha em processo de desenvolvimento de uma doutrina, indicam a hora de se reavaliar o apoio aéreo aproximado (Ap Ae Aprx). É hora de esclarecer a doutrina conjunta e de cada força armada, que não estejam sincronizadas uma com a outra e portanto devem ser harmonizadas.[1] Ainda persiste um conceito errado e uma considerável ambigüidade sobre o Ap Ae Aprx.[2] O ex-chefe da Divisão de Doutrina da Força Aérea e co-autor do Manual da Força Aérea 1-1, *Basic Aerospace Doctrine of the United States Air Force* (Doutrina Básica Aeroespacial da Força Aérea dos EUA), Price T. Bingham, recapitulou a noção amplamente reconhecida sobre o Ap Ae Aprx da Força Aérea em um artigo publicado na edição, em inglês, de novembro de 1992 da *Military Review*: "Embora o Ap Ae Aprx seja considerado a aplicação menos eficaz das forças aeroespaciais, pode ser, às vezes, a mais crítica para assegurar o sucesso ou a sobrevivência das forças de superfície".[3] Em contraste, a publicação da Força Aérea, em 1994, Apresentação para a Comissão sobre os Papéis e as Missões das Forças Armadas (*Presentation to the Commission on Roles and Missions of the Armed Forces)*, descreve "uma necessidade menor pelo Ap Ae Aprx", promovendo "a eliminação desse apoio como a principal responsabilidade da Força Aérea e da Marinha".[4] O volume sobre "Os Papéis e as Missões" destaca a ambição da Força Aérea por abandonar "toda a sua capacidade de apoio aéreo aproximado".[5]

O Ap Ae Aprx representa uma missão essencial ou não? Aparentemente, a Força Aérea não tem certeza. Nos anos 60, o Secretário da Defesa Robert McNamara, frustrado com o que ele considerava ser uma atitude condescendente por parte da Força Aérea para com o apoio aéreo aproximado, ameaçou terminar por completo a designação de Ap Ae Aprx na Força Aérea.[6] Diante da possibilidade de perder uma missão, até mesmo uma que na prática havia se tornado secundária, à Força Aérea, em um esforço de apaziguar o Secretário, aceitou o projeto A-7 da Marinha. O projeto tratava de desenvolver uma aeronave básica e com custo relativamente baixo, tendo o principal propósito de apoiar as forças terrestres. Na época, vários defenderam uma nova doutrina de Ap Ae Aprx.[7] De fato, pouco foi concretizado.

Os EUA não têm condições de prolongar desacordos e desentendimentos sobre uma tarefa de tal importância. Com o crescimento prodigioso e até mesmo exponencial da tecnologia, parece irônico que alguns dos velhos debates continuem a surgir.[8] A propósito, como devem as forças terrestres encarar a discordância associada com o Ap Ae Aprx? Infelizmente, da forma descrita por um oficial engenheiro dos Fuzileiros Navais quando escreveu "em outras palavras, se o Exército e os Fuzileiros Navais evitassem o combate e ficassem fora de lá, a Força Aérea não seria forçada a usar suas forças aeroespaciais de forma ineficiente."[9] Visando a Marinha, o mesmo oficial reprovou o Contra-Almirante Arthur Cebrowski por haver dito que "quando se trata de aeronaves que custam tanto e um inventário insignificante, eles são…propriedades de valor que não devem ser desperdiçadas apenas porque alguém faz pedido de fogo e quer ver essa aeronave em particular em ação porque leu a respeito dela em algum livro anos atrás."[10]

Esses desentendimentos entre as Forças Armadas sobre o Ap Ae Aprx não são novos e há tempo se tornaram enfadonhos. Lembram as acusações do Exército Britânico no início da II GM quando tropas encalhadas nas praias de Dunkirk foram bombardeadas enquanto a *Royal Air Force* se encontrava combatendo além do alcance visual das tropas. Tais lembranças desagradá-

veis perduram porque lidam com assuntos carregados política e emocionalmente. As tropas britânicas pensaram ter sido abandonadas pela Real Força Aérea e o ressentimento permaneceu durante a guerra.[11]

A conclusão a respeito das apreensões das Forças Armadas nos EUA tem permanecido estável; as dúvidas persistem, as forças terrestres salvaguardando seus recursos aéreos orgânicos; a prática de Fuzileiros Navais de designarem um esquadrão aéreo para cada corpo, como sendo o método mais eficaz para alcançar a integração entre o fogo aéreo e terrestre. As Forças Armadas desejam ter "suas próprias aeronaves" para orgulho das tropas, para a conveniência do comandante e como complemento da artilharia. Talvez a atitude dos Fuzileiros Navais seja a mais óbvia, ou seja, já que eles combatem como uma equipe, devem desdobrar da mesma maneira e, isso inclui, manter um apoio aéreo aproximado orgânico. A implicação lógica é que forças estadunidenses tampouco fracassem, ou então não se pode depender delas para combater como uma equipe. Recriminações mal entendidas podem pesadamente influenciar a confiança do povo americano. O relatório de 1993 do Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior, sobre "o Papel, as Missões e Funções" assegurou que "talvez nenhum aspecto do papel e da missão tem criado mais debate, desde o *Key West Agreement* (acordo firmado em Key West, na Flórida, nos EUA), do que a questão sobre o Ap Ae Aprx."[12] Este debate retornou, mais uma vez, no início de 1995, precipitado principalmente pela sugestão do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Merrill A. McPeak, de que o Exército assumisse a missão do Ap Ae Aprx.[13]

Por que devem continuar a ser tão delicados os assuntos relacionados com o Ap Ae Aprx? Querem as Forças Armadas realmente admitir, mesmo discretamente, que um dilema os envolvendo e datando da II GM ainda existe? Enquanto perdurarem as velhas rixas, estas serão um convite aberto a novas fricções durante as operações conjuntas. O compromisso entre as Forças Armadas de combaterem em conjunto requer um entendimento comum com relação ao Ap Ae Aprx. Como em todo acordo, cada um deve abrir mão de algo e, neste caso, todos ganham. O desenvolvimento tecnológico e a evolução da doutrina oferecem uma solução aos males associados ao Ap Ae Aprx e este artigo proporciona a base para isso. Um minucioso exame do Ap Ae Aprx deve considerar as seguintes questões: O que é o Ap Ae Aprx? Para que uma nova doutrina ? Quais as plataformas de armas a serem incluídas? Quem exercerá o comando e controle?

O que é Ap Ae Aprx?

Em 1948, o Acordo de Key West sobre os Papéis e Missões das Forças Singulares definiu O Ap Ae Aprx como sendo "a ação aérea contra alvos hostis que se encontram próximos às forças aliadas e que exigem uma integração detalhada de cada missão aérea com o fogo e o deslocamento dessas forças."[14] As "ações aéreas contra alvos hostis" em 1948 e por muitos anos após envolveram o uso de aeronaves de asa fixa. Ações aéreas modernas podem envolver uma variedade de plataformas e veículos, incluindo, acima de tudo, helicópteros. Porém, a doutrina peculiar de cada Força Armada não atualiza tais avanços tecnológicos adequadamente. Atestando sobre a capacidade crescente dos helicópteros, observadores durante a última década têm defendido sua inclusão doutrinária como aeronaves de Ap Ae Aprx. De fato, o relatório de 1993 sobre "o papel, as missões e funções" declara que: "Os helicópteros de ataque, altamente capacitados de hoje, podem proporcionar apoio de fogo eficaz e eficiente às tropas terrestres engajadas em combate…Enquanto esta capacidade efetivamente apoia o combate aéreo aproximado, nunca foi reconhecida como tal na definição de Ap Ae Aprx e não faz parte da doutrina oficial da Força Armada." [15] A Publicação Conjunta Doutrinária *JP* 3-09.3, Táticas, Técnicas e Procedimentos Conjuntos para o Ap Ae Aprx (*Joint Tactics, Techniques and Procedures for Close Air Support,)* publicada no início de 1996, contêm duas seções voltadas para as discussões a respeito de aeronaves de Ap Ae Aprx de asa rotativa.[16]

Essa espécie de desentendimentos entre as Forças Armadas sobre o Ap Ae Aprx não são novos e há tempo se tornaram enfadonhos. Lembram as acusações do Exército Britânico no início da IIGM quando tropas encalhadas nas praias de* Dunkirk *foram bombardeadas enquanto a* Royal Air Force *se encontrava combatendo além do alcance visual das tropas.

Um espírito provinciano é o único que impede a designação de um papel de destaque aos helicópteros no Ap Ae Aprx. A resistência a essa inclusão nesta missão tem sua origem nas forças terrestres e é resultado de uma recusa em abrir mão do controle sobre os helicópteros como unidades orgânicas de manobras terrestres.[17]

A preocupação das tropas terrestres com ataques aéreos em áreas avançadas é compreensível. Acreditando que, de alguma maneira, "seus próprios aviadores" podem ser convocados como fogo de artilharia parece ser confortante, mas a relutância em empregar helicópteros

de ataque como recursos do Ap Ae Aprx é absurda. Os generais mais antigos do Exército enfatizam que os helicópteros não apenas podem ser, mas de fato são empregados como Ap Ae Aprx. Por exemplo, o General Frederick Franks, Comandante do VIII Corpo dos EUA durante a Guerra do Golfo, escreveu que "os helicópteros de ataque foram considerados para cerrar o Ap Ae Aprx (na Guerra do Golfo) uma vez que sua habilidade para manobrar e manter contato cerrado com forças terrestres fizeram deles os melhores meios para atacar os alvos mais próximos à linha de contato."[18] Mesmo totalmente persuasiva, essa posição não faz parte ainda da doutrina do Exército. As Forças Armadas nem sempre coincidem sobre os aspectos da missão.

Em 1948, o Acordo de Key West sobre os Papéis e Missões das Forças Singulares definiu o Ap Ae Aprx como sendo "a ação aérea contra alvos hostis que se encontram próximos às forças aliadas e que exigem uma integração detalhada de cada missão aérea com o fogo e o deslocamento dessas forças." As "ações aéreas contra alvos hostis" em 1948 e por muitos anos após envolveram o uso de aeronaves de asa fixa. Ações aéreas modernas podem envolver uma variedade de plataformas e veículos, incluindo, acima de tudo, helicópteros. Porém, a doutrina peculiar de cada Força Armada não atualiza tais avanços tecnológicos adequadamente. Atestando sobre a capacidade crescente dos helicópteros, observadores durante a última década têm defendido sua inclusão doutrinária como aeronaves de Ap Ae Aprx. De fato, o relatório de 1993 sobre "o papel, as missões e funções" declara que: "Os atuais helicópteros de ataque, altamente capacitados, podem proporcionar apoio de fogo eficaz e eficiente às tropas terrestres engajadas em combate…Enquanto esta capacidade efetivamente apoia o combate aéreo aproximado, nunca foi reconhecida como tal na definição de Ap Ae Aprx e não faz parte da doutrina oficial da Força Armada."

Por que a confusão? Na verdade, as ambigüidades substantivas e de definição precedem a criação da Força Aérea em 1947. Antes da Guerra da Coréia, o que a Força Aérea considerava "apoio aéreo aproximado" os Fuzileiros Navais e a Marinha chamavam de "apoio profundo."[19] O apoio aproximado para tropas, na percepção da Força Aérea, seria fornecido mais com a artilharia e os foguetes — na maioria, recursos do Exército. A discrepância tem existido desde então.

De sua parte, os Fuzileiros Navais definem o Ap Ae Aprx como sendo "ação aérea eficiente contra alvos hostis localizados perto de forças aliadas…como apoio de fogo aproximado. O Ap Ae Aprx exige uma integração detalhada com o fogo e a manobra das forças terrestres amigas.[20]

Mas o que significa, neste caso, "aproximado"? As Forças Armadas tampouco têm podido concordar sobre isto. Franks descreveu o Ap Ae Aprx para aeronaves de asa fixa estendendo-se a umas 40 milhas da linha de contato, uma visão incomum, certamente com relação ao critério naval e até mesmo ao do Exército.[21] A Força Aérea caracterizaria isso como sendo uma missão de interdição.

Por que Nova Doutrina?

A doutrina pode ser definida como uma teoria que "descreve o ambiente dentro do qual as Forças Armadas de um estado devem operar e prescreve os métodos e circunstâncias de seu emprego."[22] A intenção da doutrina é de fomentar a compatibilidade e a eficiência militar; provisões doutrinárias são generalizações extraídas de experiências anteriores com respeito ao que funciona bem. [23] Até certo ponto, a confusão sobre o Ap Ae Aprx pode exemplificar o uso impróprio do conceito doutrinário em si.

A doutrina do Ap Ae Aprx deve deixar claro como se aplicam os princípios fundamentais da guerra aérea nesta situação específica e delinear as missões principais do Ap Ae Aprx. Isto feito, a doutrina deve ser usada para resolver os assuntos pendentes do Ap Ae Aprx. A generalização é sempre uma proposta arriscada, especialmente quando é demasiado vaga a respeito de incidentes históricos isolados. Muitos observadores sugerem, porém, que os princípios da guerra aérea são eternos, não obstante os desenvolvimentos científico e tecnológico. Esses princípios permanentes são a manutenção do poder ofensivo, a concentração da força e a proteção da base.

O aspecto dual dos dois primeiros concorrem para a caracterização das operações de Ap Ae Aprx: o poder ofensivo e a concentração da força envolvem não apenas as próprias operações aéreas mas também sua contribuição às operações terrestres. Com relação ao primeiro, o Ap Ae Aprx deve proporcionar segurança decisiva às forças terrestres frente ao ataque aéreo, especialmente durante as operações ofensivas. Mas, também tem como propósito frustrar e romper contra-ataques inimigos, permitindo que nossa força mantenha a iniciativa. Com respeito à concentração, as aeronaves do Ap Ae Aprx devem manter pressão máxima sobre o inimigo. Ao mesmo tempo, a segurança oferecida por este apoio per-

Um *Eagle F-15* se prepara para decolar com uma carga atípica de bombas de demolição.

Aeronaves de asa fixa, com alto desempenho e suas tripulações altamente treinadas são geralmente consideradas muito valiosas para serem usadas como recursos do Ap Ae Aprx. Aeronaves de caça desenhadas para desenvolverem alta velocidade têm menor capacidade de carga que aeronaves de ataque ao solo e poucas são equipadas com as munições de precisão teleguiadas, que constituem os mais eficientes instrumentos do Ap Ae Aprx. Outrossim, seu uso no Ap Ae Aprx é um gasto muito ineficiente de escassos recursos de defesa.

mite a concentração das forças terrestres aliadas para operações ofensivas.

Com respeito à missão, as forças aerotáticas geralmente têm o propósito de proporcionar uma vantagem dentro do espaço de batalha e proteger linhas vitais de suprimentos. Toda missão de Ap Ae Aprx deve ser integrada com o fogo e a manobra das forças terrestres apoiadas, para fornecer-lhes segurança aérea e lhes permitir maior liberdade para manobrar e combater. O argumento aqui de reorientar recursos pressupõe táticas reorientadas e uma necessária mudança doutrinária. A doutrina da Força Armada dever ficar de acordo com a doutrina conjunta mas com respeito ao Ap Ae Aprx a discrepância é grande. A Publicação Conjunta 1-02, o Dicionário de Termos Militares e Associados do Departamento de Defesa dos EUA, define o Ap Ae Aprx como sendo "ação aérea de aeronaves de asa fixa e rotativa contra alvos hostis na proximidade das forças amigas e que exigem a integração detalhada de cada missão aérea com o fogo e a manobra dessas forças." Esta definição faz menção específica aos helicópteros de ataque, enquanto que a doutrina da Força Armada não o faz. A doutrina conjunta não resolve um número de assuntos pendentes, por exemplo, aqueles relacionados ao comando e controle ou à categoria da missão. A Publicação Conjunta 3-56.1, "Comando e Controle para Operações Aéreas Conjuntas", especifica que o Ap Ae Aprx conjunto é conduzido por meio de operações aéreas conjuntas ou, no caso da aeronave de asa rotativa, pelo "estabelecimento de um relacionamento de comando entre os componentes", uma vaga descrição.

O que fazer então do ponto de vista doutrinário? A

doutrina deve refletir as realidades do moderno campo de batalha conjunto, evitando as políticas inerentes às pressões que envolvem as compras de material bélico por parte do Pentágono. Sucumbindo ao desespero causado pela atual disputa, um observador comentou: "não se pode dividir o campo de batalha (em todas as suas dimensões) e ao mesmo manter a posição de apenas usar o Ap Ae Aprx ou ataque profundo."[24] Outro, criticando propostas recentes para o ataque profundo tático, onde forças terrestres teriam que combater até a linha de coordenação do apoio de fogo (*Fire Support Coordination Line — FSCL*) e as forças aéreas controlariam o espaço além desta linha, alegam que "isto é segregação, não operação conjunta."[25]

Com respeito à missão, as forças aerotáticas geralmente têm o propósito de proporcionar uma vantagem dentro do espaço de batalha e proteger linhas vitais de suprimentos. Toda missão de Ap Ae Aprx deve ser integrada com o fogo e a manobra das forças terrestres apoiadas, para fornecer-lhes segurança aérea e lhes permitir maior liberdade para manobrar e combater.

Capazes de desdobramento multifacetado e mobilidade tridimensional, as aeronaves oferecem considerável flexibilidade à missão. A sua habilidade para manobrar, a velocidade e o seu alcance lhes permite engajar alvos que outros sistemas de armas de apoio não podem e duplicar os esforços do Ap Ae Aprx para assegurar o seu sucesso.[26] Poucos observadores sérios desafiariam a acertiva do "Papel, as Missões e Funções" de que tropas engajadas em combate com o inimigo devem receber todo o apoio de fogo de que precisam. A decisão sobre quem deve providenciar Ap Ae Aprx deve ser uma consideração à parte, dentro do possível, do tipo de aeronaves a serem usadas. Ainda que pareça estranho, cada Força Armada deveria manter uma missão de Ap Ae Aprx, apesar da diminuição de recursos.

De fato, o "Papel e Funções das Forças Armadas" da Junta de Chefes, de 1989, e o "Papel, as Missões e Funções", de 1993, apóiam essa noção, designando o Ap Ae Aprx como sendo a missão primária de todos as Forças Armadas.[27] Tal fixação pressupõe que o Exército e a Força Aérea adestram em conjunto, coordenam seus esforços e selecionam os melhores meios a serem alocados à missão de Ap Ae Aprx. Uma cuidadosa revisão das aviações naval e dos Fuzileiros Navais com missões virtualmente idênticas, tais como a do *F/A-18*, pode estar a caminho, mas isso não deverá levar, automaticamente, a uma redução de força. Aqui também, a ênfase no adestramento conjunto proporcionará uma imagem mais ampla do espaço de batalha e ajudará na escolha de recursos para o Ap Ae Aprx.

Apesar da presença de várias forças aéreas no mesmo espaço de batalha ter causado problemas organizáveis no passado e apresentar uma dificuldade potencial no futuro, o adestramento conjunto e pontos de vista similares sobre o combate deverão superar a maioria dos obstáculos. Numa operação conjunta, as aeronaves devem ficar sob o controle de um Comandante do Componente Aéreo da Força Conjunta (CCAFC) porque tal comando facilitaria as decisões relacionadas com a priorização das tarefas aéreas em virtude de ser conhecedor do poder aéreo.[28] Uma típica preocupação é que tarefas conjuntas e singulares são demasiado exigentes para um indivíduo ou um único comando.[29] Isto, naturalmente, não é um problema recente e os avanços tecnológicos não têm tornado as responsabilidades de comando mais fáceis. Mas a vantagem da posição do CCAFC no Ap Ae Aprx é que o indivíduo designado é um especialista em operações aéreas. Interpretando tendências atuais, Martin van Creveld acredita que recursos aéreos não devem continuar a ser agrupados em uma única Força Singular mas sim voltar, gradualmente, aos componentes de mar e terra.[30]

Esses relacionamentos entre as Forças podem ajudar a refutar a acusação, certa ou errada, de que um piloto em uma aeronave não entende facilmente a lógica do terreno a baixo.[31] Por exemplo, o Ap Ae Aprx da aviação dos Fuzileiros Navais tem às vezes "desconcertado" a Força Aérea.[32] Porque todos os pilotos dos Fuzileiros Navais são parte de uma equipe espirituosa onde todos, antes de mais nada, são fuzileiros, tendem a ter, e as tropas terrestres acreditam que assim seja, mais empatia pelas forças terrestres. Uma certa competição pode contribuir para um senso mais amplo de missão, ao mesmo tempo que tropas terrestres mantêm uma certa vantagem psicológica por saberem que "seus" pilotos estão fornecendo o apoio. E, já que todas as forças têm experiência com o Ap Ae Aprx, cada uma, presumivelmente, traria alguma coisa para ser objeto de discussão. A Publicação Conjunta 3-09.3 discute esse assunto.[33]

Quais Plataformas?

A pergunta mais importante a fazer é a seguinte: Ainda é necessário, em uma era de munições dirigidas de precisão, o Ap Ae Aprx por aeronaves velozes e com alto desempenho ? Geralmente não. Aeronaves de asa fixa, com alto desempenho e suas tripulações altamente trei-

nadas são geralmente consideradas muito valiosas para serem usadas como recursos do Ap Ae Aprx. Aeronaves de caça desenhadas para desenvolverem alta velocidade têm menor capacidade de carga que aeronaves de ataque ao solo e poucas são equipadas com as munições dirigidas de precisão, que constituem os mais eficientes instrumentos do Ap Ae Aprx. Outrossim, seu uso no Ap Ae Aprx é um gasto muito ineficiente de escassos recursos de defesa. Por exemplo, durante a Guerra do Golfo Pérsico, 70 por cento das surtidas aéreas dos Fuzileiros Navais foram feitas como Ap Ae Aprx. Uma análise posterior destas surtidas indicou que apenas 14 por cento chegaram perto da linha de coordenação do apoio de fogo, e uma porcentagem ainda menor engajou alvos perto de forças aliadas.[34] Portanto, a quantidade de surtidas genuínas do Ap Ae Aprx foi bem pequena em contraste com o número de outras missões feitas por aeronaves velozes de asa fixa.[35]

Isto de nenhuma maneira desconsidera a importância do papel do Ap Ae Aprx nem menospreza as forças terrestres, sugerindo que elas devem evitar, de qualquer forma, enfrentarem o perigo. Nem tampouco deve-se tomar a drástica e controvertida posição do antigo Chefe de Estado-Maior da Força Aérea que quis se desfazer totalmente da missão do Ap Ae Aprx e recomendou que o Exército a assumisse. A intenção é reconhecer que a doutrina deve refletir o desenvolvimento tecnológico de várias maneiras. Helicópteros podem proporcionar apoio de fogo em tempo hábil e de forma eficiente às tropas terrestres, apesar de que as contribuições relativas de aeronaves de asa fixa e rotativa ainda não foram suficientemente estudadas. Apesar de estar fora do escopo desta discussão, o assunto requer mais atenção. Qual será o critério de aceitação?

Dada a capacidade das modernas defesas aéreas, usar aeronaves de asa fixa para apoiar as operações terrestres envolve, na maioria dos casos, demasiado risco. Aeronaves de alto desempenho são poucas, caras e, acima de tudo, essenciais às tarefas de interdição. Alguns argumentam que a única e verdadeira missão da aeronave de asa fixa é o combate contra aeronaves similares: Van Creveld foi mais longe ao sugerir que manter uma força de máquinas super caras para combater outras iguais não faz sentido. [36] Na fronteira avançada do espaço de batalha, onde as defesas aéreas inimigas são potentes e alertas, as condições são perigosas para essas aeronaves. Mais de um terço das aeronaves de asa fixa da coalizão derrubadas durante a Guerra do Golfo estavam cumprindo missões de Ap Ae Aprx ou afiliadas.[37]

Pior ainda, o curto período de permanência das aeronaves de alto desempenho deixa as tropas desprotegidas por extensos períodos. A doutrina deve enfocar o uso mais eficiente de todo o inventário dos potenciais recursos. Poucas aeronaves podem ser permanentemente designadas para um uso em particular. De fato, a vantagem de qualquer aeronave está na flexibilidade de sua missão.[38] Aeronaves de asa fixa poderão necessariamente

Um caça *A-10* do 75º Esquadrão de Combate participando de operações aéreas conjuntas com um *Apache* da 229ª Brigada de Aviação em Forte Bragg, Carolina do Norte.

A preocupação das tropas terrestres com ataques aéreos em áreas avançadas é compreensível. Acreditando que, de alguma maneira, "seus próprios pilotos" podem ser convocados como fogo de artilharia parece ser confortante, mas a relutância em empregar helicópteros de ataque como recursos do Ap Ae Aprx é absurda. Os generais mais antigos do Exército enfatizam que os helicópteros não apenas podem ser, mas de fato são empregados como Ap Ae Aprx.

ser empregadas durante certas contingências como recursos de Ap Ae Aprx.

A falha em corrigir incertezas de procedimento e diferenças de comando e controle impede os EUA de maximizarem o seu ponto mais forte — a superioridade tecnológica. Resistir à centralização de comando dos meios de asa rotativa de alta performance no espaço de batalha tem interferido no seu emprego mais proveitoso. Os avanços tecnológicos em outras áreas — mísseis superfície-superfície, e aeronaves de decolagem e pouso vertical em pistas curtas, têm permitido o seu uso mais eficiente muito próximo às forças terrestres amigas.[39] Aeronaves de decolagem e pousos verticais em pistas curtas têm fornecido apoio aproximado às tropas terrestres e têm a vantagem adicional de servirem, também, para interceptação. Capazes de operar desde porta-aviões e outros campos de pouso temporários em terra, podem entrar em ação a pedido de Ap Ae Aprx em um período de tempo relativamente curto, geralmente bem mais rápido que qualquer aeronave convencional. O custo de tal desdobramento avançado, com a conseqüente rápida reação, toma a forma, relativamente, de pequenos motores e fuselagem leve, que por sua vez significa menos necessidade de manutenção. Naturalmente, estas aeronaves são também recursos caros, e exigem critério no seu emprego próximo à linha de coordenação do apoio de fogo.

Dada a capacidade das modernas defesas aéreas, usar aeronaves de asa fixa para apoiar as operações terrestres envolve, na maioria dos casos, demasiado risco. Aeronaves de alto desempenho são poucas, caras e, acima de tudo, essenciais às tarefas de interdição. . . .Na fronteira avançada do espaço de batalha, onde as defesas aéreas inimigas são potentes e alertas, as condições são perigosas para essas aeronaves. Mais de um terço das aeronaves de asa fixa da coalizão derrubadas durante a Guerra do Golfo estavam cumprindo missões de Ap Ae Aprx ou afiliadas.

De certa forma, encontramos o que pareceria ser uma irresistível combinação de princípio e pragmatismo. Designar aeronaves de asa fixa de alto desempenho para o Ap Ae Aprx freqüentemente representa um risco inútil e desnecessário já que outros sistemas bem mais baratos podem desempenhar as mesmas funções. A lógica parece óbvia.

No entanto as atuais controvérsias sobre o Ap Ae Aprx produzem uma sensação incômoda de *déjà vu.* Com o passar dos anos, a Força Aérea tem sido criticada por negligenciar o Ap Ae Aprx no adestramento, na doutrina e no desenvolvimento de sistemas de armas. Um oficial do Departamento de Defesa comentou, casualmente, que a FA "não está prestando muita atenção a esta missão."[40] Agora, a Força Aérea designou o F-16 como sua principal plataforma de Ap Ae Aprx para o futuro.[41] Esta aeronave foi desenhada como um caça leve e veloz e somente usado em missão de ataque ao solo, posteriormente. É crucial reavaliar o equipamento. Aeronaves básicas de asa fixa, relativamente lentas, ainda têm considerável utilidade — o *A-10 Warthog*, muitas vezes menosprezado, é um exemplo. Este sobrevivente "destruidor de blindados" teve bom desempenho durante a Guerra do Golfo e prestará serviço no limiar deste século como plataforma de Ap Ae Aprx. Infelizmente, não se planeja um substituto para o *A-10* embora a busca por uma nova plataforma tenha tido início em meados da década 80.[42]

A iniciativa dos anos 60 de adquirir o *A-10* veio do Exército. A Força Aérea nunca foi receptiva à construção do *A-10* por considerá-lo "moroso" e pela sua falta de capacidade ar-ar, as quais considerava serem falhas graves.[43] Durante a década de 80, o Secretário da Força Aérea, Verne Orr, sabia do desejo de sua Força pelo desenvolvimento de novos caças, mas evitou a necessidade de substituir o *A-10* e manteve a missão, determinando que "até que a Força Aérea cumpra com sua promessa de proporcionar Ap Ae Aprx ao Exército…o caça tático avançado (*advanced tactical fighter — ATF)* será relegado à última posição da lista de prioridades táticas da Força."[44]

O *A-10* tem registro comprovado do seu Ap Ae Aprx. Sua "morosidade" torna-o mais vulnerável mas, para a missão de Ap Ae Aprx, sua capacidade de durar na ação compensa, em muito, esta desvantagem. Mesmo não sendo caça-interceptador, é uma aeronave a jato de desenho superior.[45] Para aumentar a probabilidade de resistir ao fogo antiaéreo, tem sistemas de controle de vôo blindados nas asas e na cauda. Possui o vidro de cabina do piloto à prova de bala e uma carlinga de titânio capaz de resistir à munição de 23mm. Seus motores duplos são separados e no alto da parte posterior da fuselagem, aumentando, consideravelmente, a probabilidade de continuar em vôo apesar de sofrer grandes danos.[46]

Da mesma forma pode-se defender o caso a favor de helicópteros. Utilizados de modo particular, os helicópteros têm sido empregados como plataformas de Ap Ae Aprx por todos, mas há poucos anos como doutrina. Superar o atual impasse na doutrina, enquanto integra lições de combate aéreo do passado, é fundamental no

preparo que Paul Bracken se refere como sendo as Forças Armadas após a próxima". [47]

Novos sistemas oferecerão novas possibilidades operacionais, provavelmente conforme o recente conselho do Almirante Arthur Cebrowski de que os militares comecem a encontrar meios de proporcionar Ap Ae Aprx com aeronaves não-tripuladas.[48] Veículos pilotados remotamente, operados em conjunto com sensores e satélites, provavelmente serão cruciais no futuro espaço de batalha, e a futura tecnologia do sistema de direção permitirá ataques precisos a maiores distâncias.[49] A doutrina deve apoiar esta visão e as operações desse futuro espaço de batalha.

Os desentendimentos atuais relacionados com o Ap Ae Aprx podem ser tantos, ou talvez os assuntos associados tão carregados de bagagem política, que ao menos uma tese básica tem sido esquecida: o efeito psicológico dos helicópteros sobre forças aliadas e inimigas.[50] Sua presença visível e constante, mais estratégica devido à sua prolongada capacidade de pairar, deveria acalmar os temores das forças terrestres de serem abandonadas por suas próprias forças aéreas e deixadas à mercê de aeronaves hostis. Os helicópteros, supostamente em conjunto com sistemas não-tripulados em desenvolvimento, poderiam proporcionar apoio às forças terrestres na maneira do proverbial *cab rank* (sistema aliado de apoio aéreo avançado que permitia que unidades terrestres contassem com apoio aéreo a curto prazo). Sim, os soldados podem temer que os helicópteros sejam reorientados a outras áreas pelo comando central, mas os Fuzileiros Navais podem ter menos preocupação a respeito da disponibilidade das aeronaves de ataque em momentos cruciais.[51] Por outro lado, os helicópteros têm a habilidade vantajosa de pairarem e podem pousar em locais improvisados bem à frente na área de combate.

O efeito psicológico sobre as forças inimigas representa o outro lado da questão. A presença prolongada de aeronaves aliadas de asa rotativa ressalta o compromisso e a habilidade de integrar as missões aéreas com as manobras (fogo e movimento) das forças terrestres.

Quem deve ter o Comando e Controle?

Os engajamentos no ar, mar e terra, invariavelmente trazem à tona outra pergunta crucial: Quem está no comando?[52] Mensagens sobre a distribuição e alocação do esforço aéreo, durante conflitos anteriores, devem ser lembradas. Durante a II GM e a Guerra da Coréia, as forças no teatro geralmente concordavam que o comandante da força-tarefa conjunta, aconselhado pelo comandante do componente aéreo, decidiria, praticamente todos os dias, que quantidade de aeronaves seriam alocadas para o Ap Ae Aprx, a interdição e superioridade aérea.[53] Este procedimento da distribuição e alocação do esforço geralmente emprestava a proteção máxima a todas as forças engajadas e oferecia uma melhor possibilidade de cumprir a missão. Enquanto as aeronaves eram reorientadas de acordo com as

Uma "fila assassina" de *Warthogs* em uma Base da Força Aérea na Europa.

Aeronaves básicas de asa fixa, relativamente lentas, ainda têm considerável utilidade — o* A-10 Warthog*, muitas vezes menosprezado, é um exemplo. Este sobrevivente "destruidor de blindados" teve bom desempenho durante a Guerra do Golfo e prestará serviço no limiar deste século como plataforma de Ap Ae Aprx. Infelizmente, não se planeja um substituto para o* A-10 *embora a busca por uma nova plataforma tenha tido início em meados da década 80.

Veículos pilotados remotamente, operados em conjunto com sensores e satélites, provavelmente serão cruciais no futuro espaço de batalha, e a futura tecnologia do sistema de direção permitirá ataques precisos a maiores distâncias. A doutrina deve apoiar esta visão e as operações desse futuro espaço de batalha.

decisões do comandante da força-tarefa conjunta, os pilotos mantinham o controle centralizado sobre os recursos aéreos, enquanto o comandante principal, que presumivelmente tinha o melhor entendimento do espaço de batalha, determinava o uso mais eficiente das aeronaves. Com os comandantes de forças terrestres envolvidos no processo decisório, as tropas tinham segurança de que seria fornecida a proteção aérea.[54]

Este modelo de Ap Ae Aprx poderia ser empregado de forma revitalizada, como sugere a Publicação Conjunta 3-09.3. As aeronaves que proporcionam o Ap Ae Aprx, incluindo os helicópteros, devem ser colocadas sob o controle centralizado do CCAFC, que aconselha e reporta diretamente ao comandante da Força Conjunta. A Comissão dos Papéis e das Missões deu pouca atenção a este assunto e a outros associados, embora a Publicação Conjunta 3-09.3 dedique-lhe melhor atenção. A publicação sobre doutrina conjunta de 1995 representa um passo importante na direção correta, mas a doutrina não reflete adequadamente todos os procedimentos comprovados de distribuição e alocação do esforço mencionados anteriormente. A doutrina conjunta e das Forças deveria fazê-lo.

Dois grandes inconvenientes surgem ao se manter sistemas que relacionam o Ap Ae Aprx como sendo organicamente inerente às unidades terrestres. Primeiro, sem controle do CCAFC, os meios poderiam permanecer ociosos em tempo de real necessidade em determinados setores do espaço de batalha. Segundo, e o que de fato vem a ser o outro lado da mesma moeda, esses meios podem ser usados de forma exagerada por unidades terrestres que temem ataques aéreos e superestimar uma ameaça aérea. O controle centralizado do Ap Ae Aprx, exercido inicialmente pelo CCAFC, e no final pelo Comandante da Força Conjunta como demonstrado em várias ocasiões durante a II GM, alivia fundamentalmente, tais dificuldades. Presumivelmente, o Comandante da Força Conjunta tem o melhor entendimento do espaço de batalha e determina os alvos que são prioritários. A não ser que a operação exija o contrário, manter a vantagem do combate no espaço de batalha, em geral, é mais importante do que mantê-la em um único setor. Em conseqüência, a doutrina conjunta agora estabelece que "o Comandante da Força Conjunta direciona a intenção e visão com respeito ao uso dos recursos aéreos em apoio ao plano de campanha."[55]

Muito pode ser dito por este estratagema de redistribuição e dotação. A Publicação Conjunta de 1995 sobre Ap Ae Aprx dá a impressão de estar clara sobre o seguinte assunto: "A quantidade de apoio aéreo que será dedicado ao Ap Ae Aprx conjunto é decidido pelo comandante da Força Conjunta por ocasião da distribuição dos recursos aéreos."[56] Apesar de que cada Força pode ter que ceder sobre pontos particulares, todos tendem a ganhar por retificar um problema crônico. Acima de tudo, a proposta parece evitar que o Ap Ae Aprx se torne um órfão no debate sobre o Papel e as Missões.[57] Já em 1995, pouco antes da emissão da Publicação Conjunta 3-09.3, e dois anos depois que o Relatório sobre o Papel, as Missões e Funções designou o Ap Ae Aprx como uma área principal de missão para todos as Forças, a Força Aérea ainda insistia que o Exército assumisse o papel de prover o Ap Ae Aprx. O Exército, querendo evitar "novas" missões, se esquivou.

Intermitentemente, as duas Forças têm criticado os Fuzileiros Navais por manterem uma força aérea duplicada para fornecer o seu próprio Ap Ae Aprx. Este debate renovado aumentou as suspeitas dos Fuzileiros Navais de que as demais Forças os deixariam desamparados, confirmando o velho ditado dos fuzileiros de que "forças que combatem como uma equipe devem desdobrar-se como uma equipe". Eles dizem que o sistema fracassou miseravelmente no Vietnã; a Força Aérea, mais uma vez, despreparada para fornecer o Ap Ae Aprx necessário para as tropas e o Exército continuando a insistir que o comandante terrestre deveria assumir controle operacional das aeronaves de apoio aproximado. O Pentágono já admitiu que as diferenças doutrinárias e polêmicas entre as Forças têm contribuído, em grande parte, para os desentendimentos dentro e fora da área militar.[58]

Após a Guerra árabe-israelense de 1973, Israel mudou sua doutrina aérea para especificar que a força aérea deveria "apoiar as forças terrestres, participando do combate terrestre".[59] As Forças Armadas dos EUA, no entanto, continuam a falar em meramente "apoiar" as forças terrestres. Realmente tem importância se as aeronaves *apoiam* as forças terrestres ou se de fato *participam* do combate terrestre? A diferença é semântica. Mas já que o Ap Ae Aprx é designado como sendo "uma área de missão principal" para

todos as Forças, a palavra "apoio" tem conotações infelizes para os combatentes. Talvez o próximo passo doutrinário deveria ser seguir o exemplo israelense. Comandantes devem ter a flexibilidade de reorientar recursos aéreos de um lado do espaço de batalha para outro e de designá-los de uma missão à outra, de acordo com as circunstâncias. Toda doutrina deve assegurar ao comandante, aos componentes aéreos e às tropas terrestres, o melhor possível em termos de Ap Ae Aprx. ***MR***

Referências

1.A publicação FM 100-5 em 1993 marcou a culminação de um debate de dois anos de duração no qual o Exército examinou as implicações sobre a nova era estratégica. Veja a *Military Review* (dezembro de 1993). A edição inteira foi dedicada a essa doutrina principal. Discussões sobre vários assuntos fundamentais deverá iniciar novamente..

2. O ponto é feito de forma convincente, mesmo que não com muito tato, por Carlton W. Meyer, "For Guys on the Ground," *Armed Forces Journal* (junho de 1995), 5859.

3.Price T. Bingham, "The Air Force's New Doctrine," *Military Review* (novembro de 1992), 18. Manual 11 da Força Aérea, *Basic Aerospace Doctrine of the United States Air Force*, afirma que: " Ap Ae Aprx é a aplicação de forças aeroespaciais em apoio aos objetivos do comandante do componente terrestre. Às vezes o Ap Ae Aprx pode ser a melhor força disponível para assegurar o sucesso ou a sobrevivência de forças no solo. Já que fornece apoio direto às forças aliadas em contato, o Ap Ae Aprx requer coordenaçao aproximada nos níveis de teatro e do componente tático-operacional.

4.*Presentation to the Commission on Roles and Missions of the Armed Forces*, (Washington, DC: Chief of Staff, US Air Force, 1994), 103.

5.Ibid.

6.Thomas L. McNaugher, *New Weapons Old Politics* (Washington, DC: The Brookings Institution, 1989), 55.

7.Por exemplo, Richard G. Head, "Doctrinal Innovation and the A7 Attack Aircraft Decisions," Richard G. Head e Ervin J. Rokke, eds., *American Defense Policy*, 3rd ed. (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973), 43145.

8.Thomas C. Linn, "Joint Operations: The Marine Perspective" *Joint Force Quarterly* (Winter 1995-96), 16.

9.Meyer, "For Guys on the Ground," 58.

10.Comentário no *Ibid.*

11.Norman L. Dodd, "Close Air Support for the Ground Forces," *Asian Defence Journal*, (junho de 1985), 22.

12.*Chairman of the Joint Chiefs of Staff Report on the Roles, Missions and Functions of the Armed Forces of the United States* (JCS: Washington, DC, 1993), 111 15.

13.*Aviation Week and Space Technology*, 27 de março de 1995, 72.

14.*Roles, Missions and Functions of the Armed Forces*, 11115. Uma definição parafraseada de várias fontes, incluindo TACM21, ATP 33, AAFCE Manual 802 seria: "Ataques aéreos requisitados pelo comandante terrestre contra alvos hostis na proximidade das forças amigas, e que precisam de detalhada integração de cada missão aérea com o fogo e a manobra dessas forças;" Veja Ian Madelin "What Is Close Air Support? *Armor* (julho/agosto de 1980), 1821.

15.*Ibid.*

16. Publicação Conjunta 309.3, *Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Close Air Support* (Washington, DC: JCS, dezembro de, 1995), 117, IV2224.

17. O argumento foi feito de maneira persuasiva por Ray Oden, Robert Harvey e Rich Huntoon em um manuscrito não publicado lidando com Ap Ae Aprx e escrito em 1995 na *Armed Forces Staff College*.

18.*Presentation to the Commission of Roles and Missions of the Armed Forces*, 118.

19.James A. Winnefeld e Dana J. Johnson, *Joint Air Operations* (Annapolis: Naval Institute Press, 1993), 4344.

20.*Fleet Marine Forces Manual 540 Offensive Air Operations* (Washington, DC: Department of the Navy, 1992), 12.

21.*Aviation Warfighting Treatise* (Department of the Army: US Army Aviation School, 1993), 18.

22.Gregory Flynn, ed., *Soviet Military Doctrine and Western Policy* (London: Routledge, 1989), 4.

23.I. B. Holley, Jr., "A Retrospective on Close Air Support," Benjamin Franklin Cooling, ed., *Close Air Support*, (Washington, D.C.: Office of Air Force History, 1990), 545.

24.*Aviation Week and Space Technology*, 27 de março de 1995, 72.

25.Linn, "Joint Operations: The Marine Perspective," 17.

26.Para uma maior discussão deste tema ver o capitulo entitulado "The Material Bias: Why We Need More Fraud, Waste and Mismanagement," in Edward N. Luttwak, *The Pentagon and the Art of War* (New York: Simon and Schuster, 1985), 13056. De acordo com Luttwak, "A produtividade que conta durante a guerra é muito diferente e particular do que ocorre em tempo de paz, e quando noções civis de eficiência se aplicam, a diferença normalmente não se nota." Veja também Heike Hasenauer, "AirGround School," *Soldiers* (abril de 1996), 2427.

27.*Roles and Functions of the Armed Forces: A Report to the Secretary of Defense* (Washington, DC: Joint Chiefs of Staff, 1989), 3; e 1993 *Roles, Missions, and Functions* (Washington, DC: Joint Chiefs of Staff, 1993).

28.Phillip S. Meilinger, *10 Propositions Regarding Air Power* (Washington, DC: Air Force History and Museums Program, 1995), 55; veja também *Joint Publication* 309.3, 17.

29.Veja Linn, "Joint Operations: The Marine Perspective," 17.

30.Martin van Creveld, "The Rise and Fall of Air Power," *Military History Quarterly* (spring 1996), 81.

31.Comentário em Meyer, "For the Guys on the Ground," 58.

32.Holley, "A Retrospective on Close Air Support," 542.

33.Publicação Conjunta 309.3, 13.

34.Presentation to the Commission of Roles and Missions of the Armed Forces, *117.*

35.Devo ao *Armed Forces Staff College Study Group* sob a direção de Ray Oden por esta observação. Veja também *Presentation to the Commission of Roles and Missions of the Armed Forces*, 117.

36.Van Creveld, "The Rise and Fall of Air Power," 81.

37.Meyer, "For Guys on the Ground," 58.

38.See Meilinger, *10 Propositions Regarding Air Power*, 2838.

39.Para uma discussão, veja Bruce Myles, *Jump Jet* (San Rafael, CA: Presidio Press, 1978), 159-184.

40.Comentário em McNaugher, *New Weapons Old Politics*, 147.

41.Veja como exemplo *Presentation to the Commission of Roles and Missions of the Armed Forces*, 109.

42.McNaugher, *New Weapons Old Politics*, 147.

43.Meyer, "For the Guys on the Ground," 59.

44. Comentário em McNaugher, *New Weapons Old Politics*, 147.

45. Veja Tom Gervasi, *Arsenal of Democracy* (New York: Grove Press, 1977), 4849.

46. Para uma descrição detalhada veja *Jane's All the World's Aircraft 198384* (London: Jane's Publishing Group, 1984), 375-76.

47.Paul Bracken, "The Military After Next," *The Washington Quarterly* (Autumn 1993), 15774. Este artigo promove o uso de um conceito novo, "a força após a próxima," refletindo mudanças fundamentais na natureza da guerra e no ambiente de segurança.

48.Meyer, "For the Guys on the Ground," 58.

49.Veja Thomas G. Mahnken, "War in the Information Age," *Joint Force Quarterly*, (Winter 1995-96), 40.

50.Um exemplo de tal bagagem política encontra-se no desconforto da Força Aérea no início dos anos 60 quando o Exército começou um programa para armar sua aeronave *Mohawk* de asa fixa com bombas e metralhadoras. A Força Aérea insistiu que o Exército ficasse fora do que se referisse ao apoio de fogo aéreo. Veja Robert H. Scales, Jr., *Firepower in Limited War* (Washington, DC: National Defense University Press, 1993), 20.

51.Meyer expressa o que provavelmente venha a ser uma preocupação geral dos Fuzileiros Navais no seu "For the Guys on the Ground," 58. Mas as implicações relacionadas com aeronaves de asa rotativa parecem fugir-lhe..

52.Linn, "Joint Operations: The Marine Perspective," 16.

53.Holley, "A Retrospective on Close Air Support," 543.

54.Madelin, "What Is Close Air Support?" 21.

55.Publicação Conjunta, 309.3, III1.

56.*Ibid.*

57.*Aviation Week and Space Technology*, 27 de março de 1995, 72.

58.*Roles, Missions, and Functions of the Armed Forces*, III16.

59.Brereton Greenhous, "The Israeli Experience," Cooling, ed., *Close Air Support*, 527.

David M.Keithly é professor associado no Joint Military Intelligence College. *Possui mestrado pela* University of Freiburg *na Alemanha e Ph.D. pelo* Claremont Graduate School. *Lecionou nos* Lynchburg College, Claremont McKenna College, Troy State University, Embry-Riddle Aeronautical University *e na* Old Dominion University. *Foi bolsista* Fullbright *e também do* Institute of Global Conflict and Cooperation, *na* University of California *e Erudito fazendo pesquisas na* Friedrich Namann Foundation *em Bonn, na Alemanha. Atualmente, serve no comitê executivo da* Fullbright Association. *Publicou três livros e mais de 50 artigos em jornais e revistas.*